Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P.

Despacho n.º 24974/2008

Considerando a deliberação n.º 1156/2008 publicada no *Diário da República* n.º 79 de 22 de Abril de 2008, sobre delegação de competências dos membros do Conselho Directivo do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, IP ;

Considerando também a alínea *e*) do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 132/2007, de 27 de Abril;

Considerando ainda os Estatutos do INPI aprovados pela Portaria n.º 523/2007, de 30 de Abril (publicada no *Diário da República* 1.ª série n.º 83, de 30 de Abril) e o ajustamento da organização da estrutura do INPI operada pela Directiva N.º 3/2007, de 6 de Junho do Conselho Directivo;

Subdelego, com exclusão do poder de subdelegar, todavia sem prejuízo do que se dispõe no artigo 41.º do Código do Procedimento Administrativo, em Elpídio Codinha dos Santos, Director de Organização e Gestão, as competências executórias próprias do funcionamento corrente do INPI que me foram delegadas para as áreas compreendidas nos Departamentos de Recursos Financeiros e Logística e de Recursos Humanos e Apoio ao Cliente, podendo autorizar despesas de funcionamento até ao limite de 5.000 € (cinco mil euros).

O presente despacho produz efeitos retroactivos desde 1 de Maio de 2007, ficando todos os actos entretanto praticados, ratificados desde essa mesma data.

20 de Junho de 2008. — A Vogal do Conselho Directivo, *Maria Leonor Mendes da Trindade.*

Despacho n.º 24975/2008

Considerando a deliberação n.º 1156/2008, publicada no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 79, de 22 de Abril de 2008, sobre delegação de competências dos membros do conselho directivo do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, I. P.;

Considerando também a alínea *e*) do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 132/2007, de 27 de Abril;

Considerando ainda os Estatutos do INPI aprovados pela Portaria n.º 523/2007, de 30 de Abril (publicada no *Diário da República,* 1.ª série, n.º 83, de 30 de Abril de 2007), e o ajustamento da organização da estrutura do INPI operada pela directiva n.º 3/2007, de 6 de Junho, do conselho directivo:

1 — Subdelego, com poderes de subdelegar e sem prejuízo do que se dispõe no número seguinte, em José Maria Lourenço Maurício, director de Marcas e Patentes, as competências decisórias que me foram delegadas, quanto a essa Direcção, designadamente no âmbito das patentes de invenção, modelos de utilidade, certificados complementares de protecção, topografias de produtos semicondutores, dos desenhos ou modelos e dos sinais distintivos do comércio (marcas, nomes, e insígnias de estabelecimento, logótipos, recompensas, denominações de origem e indicações geográficas).

2 — Dos poderes ora subdelegados ficam expressamente excluídas as decisões proferidas no âmbito de pedido de declaração de caducidade e as decisões proferidas no âmbito dos artigos 8.º e 23.º do Código da Propriedade Industrial.

3 — Ficam por este meio ratificados todos os actos que, no exercício dos poderes ora subdelegados, tenham sido praticados pelo director de Marcas e Patentes, José Maria Lourenço Maurício, ou por si autorizados desde o dia 1 de Maio de 2007.

20 de Junho de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Campinos.*

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Despacho n.º 24976/2008

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, os titulares dos cargos de direcção intermédia são recrutados, por procedimento concursal, de entre funcionários licenciados dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo.

Em cumprimento do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 21.º do mesmo diploma legal, foi publicitado no *Diário da República,* em órgão de imprensa de expansão nacional e na bolsa de emprego público, o procedimento de selecção de titular para o cargo de coordenador do Sector de Gestão Operacional do Cartão de Cidadão do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., cujas competências se encontram definidas no artigo 2.º do Despacho n.º 15 637/2007, de 22 de Junho.

Considerando que a licenciada Maria de Fátima Lopes de Pina Tadeu, reúne os requisitos para o exercício de cargos dirigentes e possui, pelas aptidões pessoais demonstradas, pela formação e experiência profissional de que é detentora, o perfil pretendido para o exercício do cargo de coordenador do Sector de Gestão Operacional do Cartão de Cidadão do Instituto dos Registos e do Notariado, conforme se evidencia da súmula curricular publicada em anexo:

Nomeio, nos termos das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 20.º e do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na versão dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, em comissão de serviço, pelo período de três anos, a licenciada Maria de Fátima Lopes de Pina Tadeu, no cargo de Coordenadora do Sector de Gestão Operacional do Cartão de Cidadão do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

A nomeação produz efeitos a partir da data do presente despacho.

16 de Setembro de 2008. — O Presidente, *António Figueiredo.*

Súmula curricular

1 — Identificação:

Nome — Maria de Fátima Lopes de Pina Tadeu;
Data de nascimento — 13 de Maio de 1961;
Naturalidade — Lisboa.

2 — Formação académica:

Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;

Curso de Tradutores e Interpretes, pelo Instituto Superior de Línguas e Administração.

3 — Formação complementar:

Participação em diversas acções de formação, designadamente, nas áreas do registo civil, reforma e modernização administrativas, organização e gestão de arquivos, formação pedagógica, novas tecnologias e sistemas de informação, avaliação do desempenho.

4 — Experiência Profissional:

Actualmente, exerce funções como Coordenadora do Sector de Gestão Operacional do Cartão de Cidadão do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., em regime de substituição, desde 2007.

Exerceu anteriormente as seguintes funções:

Em 2007, nomeada, em substituição, Directora de Serviços de Identificação Civil da DGRN;

Em 2006, Chefe de Divisão de Identificação Civil da DGRN, em regime de substituição;

De 1988 a 2006, Técnica superior da Direcção de Serviços de Identificação Civil, do ex-CICC e, desde 1993, na sequência da reestruturação orgânica, da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado (DGRN). Neste período, assegurou a coordenação, dos Sectores de Arquivo e Microfilmagem, Informações, Consulados, Atendimento ao Público e do Gabinete de Apoio;

De 1982 a 1988, início da actividade, no ex- Centro de Identificação Civil e Criminal, exercendo funções na área da identificação criminal e no sector de emissão informática de Bilhetes de Identidade.

5 — Outras actividades:

Representação dos serviços em juízo em processos de usurpação e falsificação de identidade; participação em diversas reuniões e grupos de trabalho, a nível nacional e externo designadamente, em matérias relativas à emissão de Bilhetes de Identidade, elementos de segurança mínimos e acesso a dados administrativos; integrou a equipa de projecto de Gestão de Arquivos e Suporte Informático e o projecto de descentralização da emissão de Bilhetes de Identidade; participou no plano de acção para a Justiça na Sociedade de Informação e integra a equipa de conteúdos no Portal Justiça para a área de identificação civil; desde 2005, colabora no projecto do Cartão de Cidadão.

Despacho (extracto) n.º 24977/2008

Por despacho do Vice-Presidente, em substituição do Presidente do Instituto dos Registos e do Notariado, I.P., datado de 9 de Setembro de 2008, foi Ângela Maria Resende Ferraz de Liz, segunda ajudante na situação de licença sem vencimento, autorizada a regressar ao serviço, nos termos do n.º 4 do art. 108.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, para lugar do quadro paralelo do município de Ovar, ficando afecta à Conservatória dos Registos Predial e Comercial de Ovar. (Não carece de visto do Tribunal de Contas)

25 de Setembro de 2008. — A Vice-Presidente*, Carolina Ferra.*

Despacho (extracto) n.º 24978/2008

Por despacho do Senhor Presidente do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., de 25 de Setembro de 2008:

Maria de Fátima Pires Monteirinho Leitão, escriturária da Conservatória dos Registos Civil, Predial e Cartório Notarial de Belmonte — no-

meada para idêntico lugar da Conservatória do Registo Civil da Covilhã (mantendo o mesmo índice e escalão), ficando exonerada das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar. (Não carece de Visto do Tribunal de Contas)

26 de Setembro de 2008. — A Vice-Presidente, *Carolina Ferra.*

Despacho (extracto) n.º 24979/2008

Por despachos do Presidente do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., datados de 25.09.2008:

Maria Alice de Jesus Jorge, escriturária da Conservatória do Registo Civil de Peso da Régua — colocada na Conservatória do Registo Civil de Baião, por permuta com Armando Queiroz Pereira.

Armando Queiroz Pereira, escriturário da Conservatória do Registo Civil de Baião — colocado na Conservatória do Registo Civil de Peso da Régua, por permuta com Maria Alice de Jesus Borges.

Jacinta Isabel Frias dos Santos Ferrão, escriturária da Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial de Seia — colocada na Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial de Oliveira do Hospital, por permuta com Sandra da Conceição Moreira da Costa.

Sandra Conceição Moreira da Costa, escriturária da Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial de Oliveira do Hospital — colocada na Conservatória dos Registos Civil, Predial e Comercial de Seia, por permuta com Jacinta Isabel Frias dos Santos Ferrão.

Filipe José Paulo Vaz, escriturário da Conservatória dos Registos Civil e Predial do Sabugal — colocado na Conservatória do Registo Civil de Castelo Branco, por permuta com Maria Otília Pinheiro Monteiro.

Maria Otília Pinheiro Monteiro, escriturária superior da Conservatória do Registo Civil de Castelo Branco — colocada na Conservatória dos Registo Civil e Predial do Sabugal, por permuta com Filipe José Paulo Vaz.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas)

29 de Setembro de 2008. — A Vice-Presidente, *Carolina Ferra.*

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretaria-Geral

Despacho n.º 24980/2008

Considerando a publicação do Decreto Regulamentar n.º 52/2007, de 27 de Abril, que definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional;

Considerando a publicação da Portaria n.º 525/2007, de 30 de Abril, que definiu a estrutura nuclear da Secretaria-Geral e as respectivas competências, designadamente, no âmbito da área de Modernização e Qualidade, para cuja prossecução foi criada a Divisão de Modernização e Qualidade (DMQ);

Considerando a necessidade de assegurar a coordenação das atribuições daquela unidade orgânica;

Considerando que a licenciada Maria Inês Stoffel Pereira Coutinho Nolasco de Azevedo, técnica superior principal, da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público, possui a experiência profissional e reconhecidas aptidões técnicas para exercer o cargo de Chefe de Divisão de Modernização e Qualidade da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, como atesta, aliás, a nota curricular que se publica em anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante,

Assim, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos n.º s 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio a licenciada Maria Inês Stoffel Pereira Coutinho Nolasco de Azevedo, para exercer, em regime de substituição, o cargo de Chefe de Divisão de Modernização e Qualidade da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

O presente despacho produz efeitos a partir de 01 de Outubro de 2008.

26 de Outubro de 2008. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Martins da Costa Fernandes.*

Nota Curricular

Identificação

Maria Inês Stoffel Pereira Coutinho Nolasco de Azevedo
Data de nascimento — 5 de Agosto de 1976

Habilitações Académicas

Licenciatura em Gestão e Administração Pública pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, da Universidade Técnica de Lisboa.

Formação complementar — Diploma do curso de Estudos Avançados em Gestão Pública pelo Instituto Nacional de Administração.

Percurso e Experiência Profissional

Iniciou a actividade profissional no Instituto da Cooperação Portuguesa (2000) ao abrigo de um estágio profissional e posterior contrato individual de trabalho de duração limitada.

Ingressou na função pública, por nomeação definitiva, em Outubro de 2001.

Foi técnica superior de 2.ª classe no Centro para o Desenvolvimento de Modelos e para a Inovação Organizacional, do Instituto para a Inovação na Administração do Estado.

Transitou para o quadro da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP), em Outubro de 2002, onde exerceu funções até ao presente. Foi promovida a técnica superior de 1.ª classe em Janeiro de 2003 e, em Janeiro de 2007, a técnica superior principal.

Na DGAEP colaborou no Gabinete para a Inovação e Qualidade, no Departamento para a Modernização e Inovação Organizacional e no Departamento de Gestão Organizacional, unidades orgânicas responsáveis pela prossecução das atribuições da DGAEP nos domínios da inovação, modernização e qualidade.

A experiência nestes domínios esteve essencialmente relacionada com a divulgação e promoção do modelo europeu de Gestão da Qualidade designado Common Assessment Framework (CAF) designadamente, elaboração de ferramentas de apoio para a aplicação da CAF, consultoria aos serviços utilizadores do modelo, realização de acções de formação e organização de eventos.

Foi representante de Portugal no Innovative Public Service Group e no CAF Network onde fez o acompanhamento técnico das questões relacionadas com a inovação nos serviços públicos e com a evolução do modelo CAF.

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.

Listagem n.º 371/2008

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 2.º do Decreto–Lei n.º 153/2001, de 7 de Maio, publica-se a lista de bens móveis (equipamento informático), cuja cessão foi autorizada pelo Conselho Directivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P. (IHRU), no 1.º semestre de 2008.

Entidade decisora	Beneficiário	Equipamento informático	Data da decisão
IHRU	Direcção-Geral de Veterinária	Dell-Optiplex GX 150	11-03-2008
IHRU	Direcção-Geral de Veterinária	Dell-Optiplex GX 150	11-03-2008
IHRU	Direcção-Geral de Veterinária	Dell-Optiplex GX 150	11-03-2008
IHRU	Direcção-Geral de Veterinária	Dell-Optiplex GX 150	11-03-2008
IHRU	Direcção-Geral de Veterinária	Dell-Optiplex GX 150	11-03-2008
IHRU	Direcção-Geral de Veterinária	Dell-Optiplex GX 150	11-03-2008
IHRU	Direcção-Geral de Veterinária	Dell-Optiplex GX 150	11-03-2008
IHRU	Direcção-Geral de Veterinária	Dell-Optiplex GX 150	11-03-2008
IHRU	Direcção-Geral de Veterinária	Dell-Optiplex GX 150	11-03-2008
IHRU	Direcção-Geral de Veterinária	Dell-Optiplex GX 150	11-03-2008
IHRU	Direcção-Geral de Veterinária	Dell-Optiplex GX 150	11-03-2008